



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

EDITAL Nº. 006/2016 – SGP

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO 1.º TESTE SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e regimentais e em conformidade com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, com a Resolução nº 207/2011, e de acordo com o Contrato TRE-PI nº 48/2014 torna pública a RETIFICAÇÃO do Conteúdo Programático do Edital nº 005/2016 – Edital de publicação do Conteúdo Programático do 1º Teste Seletivo de Estagiários em Nível de Pós-Graduação do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, publicado do DJE nº 68/2016 em 19/4/2016, que passa a ter a redação a seguir especificada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO ELEITORAL

Conceito e fontes. Organização da Justiça Eleitoral: composição e competências. Ministério Público Eleitoral: atribuições. Alistamento eleitoral: qualificação e inscrição, cancelamento e exclusão. Elegibilidade: conceito e condições. Inelegibilidade: conceito, fatos geradores de inelegibilidade. Partidos Políticos: conceituação, natureza jurídica, criação e registro, fusão, incorporação e extinção, finanças e contabilidade, filiação, fidelidade e disciplina partidárias. Sistema eleitoral: princípio majoritário e proporcional, representação proporcional. Privilégios e garantias eleitorais. Apuração nas Juntas Eleitorais, nos Tribunais Regionais e no Tribunal Superior Eleitoral. Diplomação dos eleitos: natureza jurídica, competência para diplomar e fiscalização. Recursos Eleitorais: cabimento, pressupostos de admissibilidade, processamento, efeitos e prazos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição: conceito e classificação. Interpretação das normas constitucionais. Poder Constituinte: conceito e características. Princípios Fundamentais da Constituição. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Nacionalidade. Direitos Políticos. Organização político-administrativa do Estado Brasileiro, União, Estados Federados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, intervenção federal. Poder Judiciário: órgãos e competências. Controle de Constitucionalidade: fundamento, formas, órgãos e modalidades.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

O Novo Código de Processo Civil. Das normas processuais civis. Da função jurisdicional. Dos sujeitos do processo. Dos atos processuais. Da tutela provisória. Da formação, da suspensão e da extinção do processo. Do processo de conhecimento e do cumprimento de sentença. Do processo de execução. Dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais. Das disposições finais e transitórias do Novo CPC.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Sistemas processuais. Princípios processuais penais. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal): Do Processo em Geral: Disposições Preliminares, Da Ação Penal, Da Competência, Das Questões e Processos Incidentes, Da Prova, Do Juiz, Do Ministério Público, Do Acusado e Defensor, Dos Assistentes e Auxiliares da Justiça, Da Prisão, Das Medidas Cautelares e Da Liberdade Provisória, Das Citações e Intimações, Da Sentença. Dos Processos em Espécie: Do Processo Comum, Dos Processos Especiais, Do Processo



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Sumário. Das Nulidades e Dos Recursos em Geral. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (juizados especiais criminais).

DIREITO ADMINISTRATIVO

Conceito, fontes e princípios. Administração Pública: características e modo de atuação. Desconcentração e descentralização administrativa. Administração direta e indireta. Princípios básicos da Administração Pública. Poderes Administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, abuso de poder. Ato administrativo: conceito, requisitos. Contrato administrativo: conceito, características, espécies, formalização. Licitação: conceito, modalidades, fases, obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Lei nº 8.112/90: provimento e vacância, direitos e vantagens, deveres e responsabilidades. Sindicância e Processo administrativo-disciplinar.

CÓDIGO DE ÉTICA DO TRE-PI (Resolução TRE-PI nº 258/2013) e REGIMENTO INTERNO DO TRE-PI (Resolução TRE-PI nº 107/2005 e alterações).

Teresina, 25 de abril de 2016.

JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

Presidente do TRE-PI